

VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE GÊNERO E CLASSE; UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR DAS MULHERES CAMPONESAS DO RIO GRANDE DO SUL

Carmen Lorenzoni*

RESUMO

O fio condutor deste trabalho é o tema da violência contra a mulher camponesa, tendo, como pano de fundo, os elementos geradores da violência no contexto das relações de gênero e classe no campo, dados de uma pesquisa qualitativa dentro do limite geográfico do Rio grande do sul. O enfoque se dá a partir da perspectiva teórico metodológica da pesquisa histórico dialética, qualitativa e feminista enquanto categorias que ajudam na identificação e análise tanto das relações macro estruturais como das relações entre homens e mulheres. As obras de Helieth Saffioti, Ivone Gebara, Suely s. Almeida, Iara Bongiovani, foram os principais referenciais teóricos deste trabalho. A tensa relação gênero/classe traz para o contexto deste trabalho as perguntas: quais as faces da violência que sofrem as mulheres camponesas? Quais as razões de seu silêncio?

Palavras-chave: gênero e classe, violência, mulheres camponesas

ABSTRACT

The main theme of this investigation is the violence against the female peasants. The investigation is based on the elements which create violence in the context of gender and class relations on the countryside. These elements were found by a qualitative investigation in the Estate of Rio Grande do Sul in the South of Brasil. The focus is based on a theoretical methodological perspective on a historical dialectic, qualitative and feminist investigation for getting categories which helps in the identification and analysis of the macro-structural relationships as well as the relationships between men and women. References for the investigation were the papers of Helieth Saffioti, Ivone Gebara, Suely s. Almeida, Iara Bongiovani. The conflictiv relationship gender/class generates the following questions: What are the different sides of violence that women suffer? What are the reasons of heir silence?

Key-words: gender and class, violence, female peasants.

* Carmen Lorenzoni é graduada em Teologia pela PUC de Porto Alegre e Pós-graduada em Estudos Latino Americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

INTRODUÇÃO

O tema da violência contra a mulher é de grande pertinência diante do contexto geral de mundo, de Brasil, mas vou trabalhar no contexto de Rio Grande do Sul, fazendo um recorte para visualizar mais especificamente a violência contra a mulher camponesa.

No Brasil, dados sobre a violência sexista são poucos e, em geral, constituem estimativas, uma vez que ainda poucos casos são denunciados e o sistema de registro é falho. Dos atos de violência que as mulheres sofrem, a grande maioria deles é praticada por alguém muito próximo, o que gera uma situação ainda mais dramática e constrangedora. Dos casos de assassinatos, 70% são cometidos por ex-maridos, ex-amantes ou ex-namorados.

A Campanha de 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres¹, no mundo, relata que, em cada cinco dias de falta das mulheres ao trabalho, um é por consequência da violência sofrida em suas casas. A cada cinco anos a mulher perde um ano de vida saudável se sofre violência doméstica. A violência doméstica compromete 14,6% do Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina e Caribe, cerca de US\$ 170 bilhões, no Brasil a violência doméstica custa 10,5% do PIB².

Com relação a mulheres de grupos populacionais raciais ou étnicos que vivem em condições de opressão racial/étnica (indígenas e negras), quando violentadas por sua condição de mulher, ainda se soma a esta a violência racial. Nas pesquisas americanas, aparecem taxas de homicídios, revelando que as mulheres negras são 12,3% para cada 100 mil assassinatos, enquanto que a taxa para mulheres brancas é de 2,9% para 100 mil. Mulheres negras, entre 16 e 24 anos, têm três vezes mais probabilidades de serem estupradas que as mulheres brancas.

É sabido que, no Brasil, o estupro colonial perpetrado pelos senhores brancos sobre negras e índias no período escravagista continua legitimando formas particulares de violências vividas por mulheres negras, como o turismo sexual e o tráfico de mulheres. O tamanho dessa

¹ Campanha dos dezesseis Dias de Ativismo pelo fim da Violência de Gênero, utilizada no mundo todo, por pessoas e grupos comprometidos com a eliminação de todas as formas de violência contra a mulher, nas datas de 25 de Novembro a 10 de Dezembro, promovida pela AGENDE ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento: CLADEM Brasil seção nacional do Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher: Bancada feminina no Congresso Nacional: UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Os dados referidos aqui são da campanha de 2004.

² Dados retirados do mesmo material da Campanha dos dezesseis dias de ativismo pelo fim da violência de gênero, campanha de 2004

violência se reflete em dados concretos: a pesquisa publicada em 2001 pela Fundação Perseu Abramo, intitulada “A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado”, estima que 2,1 milhões de mulheres são espancadas por ano no país, 175 mil por mês, 5,8 mil por dia, 243 por hora, 4 por minuto, uma a cada 15 segundos e que 6,8 milhões de mulheres brasileiras já foram espancadas ao menos uma vez. Estudos apontam que as mulheres submetidas à violência estão mais expostas a contraírem o vírus HIV. Conforme dados do Boletim Epidemiológico Aids/2003, do Ministério da Saúde, apontam que, no país, o HIV/AIDS já atingiu 258 mil pessoas: 73 mil mulheres e 185 mil homens. Entre as mulheres, 55% têm de 20 a 29 anos. No início dos anos 80, a relação é de 2 homens para 1 mulher infectada.³ Este dado é chocante, ainda mais quando estamos falando a respeito da maioria da população brasileira que é composta pelo sexo feminino, 86 milhões de mulheres, que representam 53% da força de trabalho do país. Destes casos de agressão, 70% deles ocorrem dentro de casa, o que exige que se retome a discussão de nossos papéis enquanto pais, homens e mulheres, na formação de nossa sociedade. Estima-se que somente 10% das mulheres brasileiras vítimas de violência, promovem a denúncia.

A violência responde por aproximadamente 7% de todas as mortes de mulheres entre 15 a 44 anos no mundo todo. Em alguns países, até 69% das mulheres relatam terem sido agredidas fisicamente e até 47% declaram que sua primeira relação sexual foi forçada⁴. Segundo documento da Organização Mundial de Saúde (OMS), a prática da mutilação de mulheres nos países islâmicos já aleijou mais de 114 milhões de mulheres em todo o mundo. A mutilação pode ser total ou parcial, muitas vezes chegando a extirpar os lábios vaginais.

Outras formas de violência também são comuns entre as mulheres, independentemente de sua idade, condição social, ou do grau de desenvolvimento econômico e social que tenha uma sociedade. Desde violência explícita direta, atingindo a vida e a integridade física, até as formas de violência mais sutis, indiretas, subliminares, atingindo moralmente as mulheres ou reproduzindo conceitos – ou, no caso, preconceitos, sobre a condição feminina. “Mais que o corpo, a violência atinge a alma, destrói sonhos e acaba com a dignidade das mulheres. Combatê-la deve ser o primeiro passo para resgatar a identidade feminina”. (MULLER, 1995, p.20).

³ Uma vida sem violência é um direito das mulheres! Folder da Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, 25 de novembro a 10 de dezembro de 2004.

⁴ Fonte: /www.who OMS, Informe Mundial sobre Violência e Saúde 2002, disponível em: < http /violence-injury-preve//>.

Sabe-se que a exploração sexual está na estrutura deste modelo de sociedade em que vivemos, particularmente no campo. Expressão disso é o agronegócio, reforçando a divisão do trabalho, pela imposição da monocultura que exclui as mulheres, criando uma grande necessidade de consumo. Este modelo se sustenta no campo pelo pilar da dominação através de novas tecnologias, insumos, máquinas, mercado, transformação de tudo em mercadoria. Força a migração do campo para a cidade, criando a cultura de que na cidade é melhor, numa tentativa de destruição da auto-estima das pessoas do campo, da identidade camponesa, em nome dos padrões de beleza, da moda, vive-se o culto à aparência (não sou mais aquilo que sou, mas aquilo que eu faço, como me vejo).

1 - DESVELANDO A FACE OCULTA DA VIOLÊNCIA SOBRE AS MULHERES CAMPONESAS: ROMPENDO O SILÊNCIO.

O Censo do IBGE, do ano 2000, no Rio Grande do Sul, faz uma estimativa para o ano de 2005 de 10.519.465 habitantes. Destes, 5.335.054 são mulheres, 50.5% da população. Destas aproximadamente 800.000 estão no campo⁵. São mulheres de todas as idades, religiões, raças, e etnias, vivendo e trabalhando em casa e na agricultura. Elas representam 36% da população econômica que desenvolve atividades agrícolas e não agrícolas, nos 497 municípios do Estado. Elas também são 80% das pessoas sem acesso à renda no Brasil. Sabemos que 90% das mulheres camponesas começam a trabalhar ainda crianças, algumas na adolescência, sem carteira assinada, sem benefícios sociais e sem assistência previdenciária.

A mulher camponesa, de modo geral, vive no anonimato e na invisibilidade. Sua peculiaridade de vida, de vida familiar, de cultura e de classe trabalhadora (e neste caso) no campo, suas necessidades no cotidiano, seus problemas, muito raramente são citados. Quando aparecem na mídia, é por consequência de suas próprias organizações e de suas lutas, que acabam chamando a atenção pública. Por consequência do anonimato, da invisibilidade, essa também é a realidade concreta quando se trata da questão da violência.

No Rio Grande do Sul, as Delegacias da Mulher são limitadas pela falta de recursos financeiros, por falta de pessoal capacitado para o atendimento e acompanhamentos

⁵ Fonte: IBGE – Censo demográfico 2000 – Elaboração: SCP/DDRU. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/, acessado em 25 jun.2005.

necessários às vítimas. Faltam analistas que trabalhem os dados e classifiquem, para que possam contribuir nos estudos e políticas públicas criadas, etc.

Dos 497 municípios do RS, são apenas 5 Delegacias Especializadas de Violência contra a Mulher em todo o Estado. Elas estão localizadas na cidade de Canoas, Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Caxias do Sul. Não existem dados específicos quanto às denúncias e boletins de violência contra a mulher camponesa. Sobre os boletins policiais de ocorrência de violência em todo o Rio Grande do Sul, conforme a informação da Coordenadora Estadual da Mulher (CEM), Beloni Turcato,⁶ cerca de 180 mil denúncias de violência contra a mulher foram registradas no ano de 2003. De janeiro a agosto de 2004, já ocorreram 117.853 casos, estatística muita elevada e preocupante que coloca o Estado com um dos maiores índices de violência no país. Só na Delegacia da Mulher de Porto Alegre, foram registradas 4.441 ocorrências até setembro de 2004, contra 7065 em 2003. O total de denúncias nas delegacias da capital, em 2003, foi de 45.578. A responsável pela Delegacia Especializada da Mulher Anita Klain, informa que a maioria das denúncias é de lesão corporal e ameaças (1.622), morte, fogo na casa (1.305) crime e estupro (87). A maioria das vítimas pertence às classes sociais mais pobres, é semi-analfabeta, casada ou vive com companheiros com idade entre 20 e 40 anos.

No Rio Grande do Sul, estes dados revelam que, de 1996 a julho de 2004, houve uma somatória de 3.334 mulheres que registraram ocorrências na Delegacia da Mulher, revelando um crescimento assustador do índice de violência.

Em declaração ao Diário Popular, boletim da Delegacia de Pelotas a titular da Delegacia Especializada da Mulher, Carla Verneti, revela que, ao longo de 2003, a Delegacia cumpriu 60 mandatos de busca e apreensão, apreendeu 30 armas e prendeu 20 pessoas acusadas por violência sexual ou doméstica. Este conjunto de dados e elementos desvela uma realidade dura, assustadora, de muita crueldade existente na vida cotidiana das mulheres. Realidade que clama por providências e ações concretas de combate e mudanças destes quadros.

2 - AS MULTIPLAS FACES DA VIOLÊNCIA SOBRE AS MULHERES CAMPONESAS

⁶ Fonte: Jornal Correio do Povo, de 5 de dezembro de 2004.

Tenho observado que, quando falamos em violência, logo a conversa gira em torno da agressão física. Isto vem confirmar a pertinente necessidade de mostrar as múltiplas faces da violência contra a mulher, para que se possa tomar consciência de como ela está introjetada no nosso cotidiano, desmascará-la e encará-la com mais coragem de combatê-la.

2.1- A VIOLÊNCIA DE GÊNERO/SEXISTA

É a violência institucionalizada (de gênero, étnico raciais, econômicas, etc) predominante em diferentes sociedades. Essas desigualdades se formalizam e institucionalizam nas diferentes organizações privadas e aparelhos estatais, como também nos diferentes grupos que constituem essas sociedades. Ela está presente no dia-a-dia da mulher camponesa. É a violência sofrida pelo simples fato de ser mulher. É exercida pelos homens. Tem suas bases na existência de relações desiguais entre homens e mulheres, que são sustentadas pela construção social do ser mulher como gênero feminino, inferior ao ser homem como gênero masculino. Como decorrência dessas relações desiguais de gênero, todas as mulheres estão expostas a esse tipo de violência, que é sempre praticada pelos homens e, por isso, a chamamos de **violência sexista**. Daí resulta que todo o ato que resulte em dano ou sofrimento moral, físico, sexual, político, psicológico, econômico, ou perda patrimonial para a mulher, é violência de gênero, sexista. Acontece em todas as classes sociais, religiões, em todas as idades ou condições, em qualquer local (no trabalho, nas ruas, em casa). A violência de gênero/sexista fere os direitos humanos, de mulheres e meninas, mantém e aprofunda as desigualdades da sociedade, de classe e de gênero, tornando-a cada vez mais discriminatória, excludente, atentatória à dignidade da mulher.

2.2 - A VIOLÊNCIA PELA SOBRECARGA DE TRABALHO

A mulher camponesa vive na tríplice jornada, a violência da sobrecarga de trabalho, imposta pela lógica patriarcal que determina alguns papéis para homens e outros para mulheres. Além de contribuir, com 50% do trabalho na agricultura, o trabalho da mulher não é visível. Elas não são consideradas como trabalhadoras ativas dos processos produtivos. Além de trabalhar na roça lado a lado com o marido, são elas que cultivam todas as

“miudezas”⁷, o que significa toda a alimentação que vai para a mesa da família no dia-a-dia. Sabemos que não são as mulheres que se ocultam, são as relações de dominação patriarcal que lhes atribui um lugar menor. A operação da invisibilidade ocorre no momento posterior ao trabalho realizado, seja ele produtivo ou reprodutivo. Acontece quando é negado a mulher o direito de decidir, “é sempre meu marido e os filhos homens que decidem o que vão plantar e qual o pedaço de terra que vão plantar, eu e as meninas não podemos discutir, eles fazem o que eles querem”⁸.

Mesmo quando as estatísticas e análises - trabalhadas pelo Estado e a sociedade civil - não trabalham os dados separados por sexo; quando os discursos mantêm a suposta universalidade do masculino (“o agricultor” ou o “camponês”); quando os projetos políticos da sociedade civil não as consideram como sujeitos de direito, de modo apressado, mas também verdadeiro, pode-se dizer que as mulheres estão em todos os lugares porque, para além dos dados que as ocultam é só olhar a dinâmica cotidiana e constatar que as mulheres, em maior ou menor medida, realizam todas as atividades produtivas e reprodutivas na unidade familiar.

Se o patriarcado é o sistema que cria, justifica e legitima a opressão e exploração das mulheres, a agricultura familiar, ao se organizar a partir desse sistema, reproduz e perpetua tal exploração e opressão. Isto vem demonstrar que o patriarcado continua criando, justificando, e legitimando a opressão e exploração das mulheres camponesa. O trabalho da mulher camponesa, além de ser pouco valorizado, é um trabalho pesado, penoso e difícil. Por exemplo: quando a produção de leite é pequena, normalmente para o consumo, trabalhada de forma manual é tarefa da mulher. Pois o que sobra para a venda é pouca coisa. Mas quando a produção de leite aumenta, se usa a tecnologia, o leite é tirado com a ordenhadeira, na maioria das vezes o homem assume este trabalho e a comercialização do leite. Ao mesmo tempo ele recebe e controla o dinheiro. Mais uma vez prevalece à cultura de que a mulher fica com as coisas pequenas. A partir do momento em que a atividade cresce o homem passa a coordenar.

Elas têm uma dinâmica de vida com tripla jornada de trabalho todos os dias. A violência que a mulher sofre pela sobrecarga de trabalho está vinculada à discriminação de

⁷ Palavra usada no que se refere a tudo o que se planta para consumir na alimentação da família: feijão, arroz pipocas, frutas, legumes, verduras.

⁸ Depoimento de uma camponesa, na reunião da direção estadual do MMC, dezembro de 2004.

gênero, onde os serviços domésticos e o cuidado da casa e dos filhos são considerados tarefas específicas da mulher.

2. - A VIOLÊNCIA PELA DESVALORIZAÇÃO: PELA POBREZA E CONDIÇÃO SOCIAL

Conforme dados do IBGE – Censo 2000, a população feminina no meio rural de 15 anos ou mais, no Brasil, soma um total de 6,33%, destas, 4,53% são alfabetizadas e 1,80% são analfabetas. No Rio Grande do Sul, a mesma fonte mostra que, de um total de 7,07 % de mulheres no meio rural, 6,26% são alfabetizadas e 0,81% são analfabetas⁹. Constatase que, tanto no Brasil, como no Rio Grande do Sul, as mulheres ainda continuam com um grande índice de analfabetismo. Da mesma forma, a trabalhadora camponesa, ainda continua com índice de analfabetização significativo, o que vem confirmar esta análise. As 170 mulheres pesquisadas revelam que 70% delas não têm o 1º grau completo, sendo que a maioria tem até 3ª série do ensino fundamental. Com relação ao nível superior, apenas 4 mulheres concluíram curso de graduação e 9 estão cursando Pedagogia e Administração e Desenvolvimento Rural na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul¹⁰.

A escola, na área rural vai até o ensino fundamental. Em alguns lugares, chega ao máximo a 5ª série, mostrando claramente que o sistema educacional vigente não é voltado ao campo. Somada ao analfabetismo, vem à condição de pobreza. A mulher camponesa sofre a violência da humilhação pela sua condição social, há pouco tempo reconhecida como profissão. Mesmo assim, muitas vezes lhes é negado o direito previdenciário sob o argumento de ser apenas doméstica e não trabalhadora rural. Por estas e outras razões, é considerada ignorante, muitas vezes chamada de “grossa”, “burra”, “feia”, “relaxada”, “mal ajeitada” e tantas outras expressões; desrespeitada no seu jeito de ser mulher, de falar e de trabalhar.

⁹ Fonte: IBGE, censo 2000, tabela nº 1553. População residente de 5 anos ou mais de idade por situação de domicílio, sexo, alfabetização e grupos de idade. Elaboração SCP/DDRU. Disponível em: www.ibge.gov.br.

¹⁰ Estas estão cursando a Universidade pelo fato de se ter criado com a pressão dos Movimentos Sociais do Campo, cursos especiais de Pedagogia e de Administração e Desenvolvimento Rural pela Universidade Estadual do Rio grande do Sul (UERGS), durante o Governo Estadual de Olívio Dutra.

A mulher camponesa é lesada em sua cidadania, pela dificuldade de acesso à documentação. Ainda são muitas as mulheres que vivem à sombra do marido, tendo apenas como documento a certidão de nascimento e de casamento.

Na questão da saúde, a mulher camponesa sofre a violência da falta de atendimento adequado às suas necessidades, especialmente no que diz respeito ao atendimento específico como os direitos sexuais e reprodutivos. Nesse sentido, se coloca a violência como um problema de saúde pública. A assistência ao parto é freqüentemente vista como uma forma de violência contra as mulheres. Os preconceitos presentes nos profissionais de saúde e na organização dos hospitais fazem com que as freqüentes violações dos direitos humanos e reprodutivos das mulheres sejam incorporadas e passem a fazer parte da rotina “normal” da assistência. É necessário lembrar também que a forma de organização dos hospitais muitas vezes reforça a discriminação, não apenas contra as mulheres, mas também contra negros, migrantes e pobres.

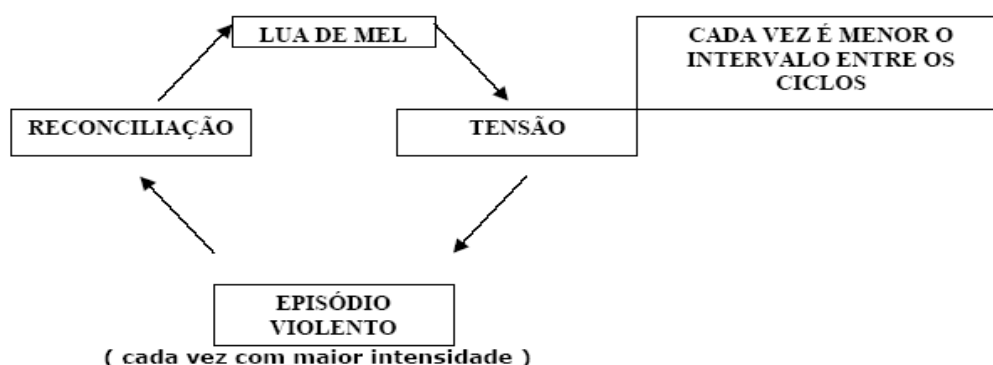
A “epidemia de cesáreas” estaria assim relacionada ao contexto de violência no qual as mulheres vivenciam o parto, conforme sugerem estudos que abordam as relações das mulheres com os serviços de saúde. A violência na relação com esses serviços tem sido uma constante em estudos sobre a violência de gênero no Brasil¹¹.

2.4 - VIOLÊNCIA FÍSICA, MORAL, VERBAL, PSICOLÓGICA, DOMÉSTICA

Na vida da mulher camponesa, constatamos que a violência física está interligada e com índice maior de incidência no espaço familiar, dentro da casa ou unidade doméstica e geralmente é praticada por um membro da família que vive com a vítima e está situada no âmbito das relações interpessoais, da intimidade afetiva. As agressões domésticas incluem abuso de poder, abusos físicos, sexuais e psicológicos, a negligência e o abandono. Ela é praticada dentro do lar ou no espaço simbólico representado pelo lar, fundamenta-se em relações interpessoais de desigualdades e de poder entre mulheres e homens ligados por vínculo consanguíneo, de afetividade, de afinidade ou de amizade. Esta face da violência é muito grave porque ela passa por várias fases, compondo um ciclo/espiral que pode se tornar vicioso, repetindo-se ao longo de meses ou anos.

¹¹Fonte: Dossiê humanização do parto e direitos reprodutivos – comentário de d’oliveira, Diniz e Schraiber, 2002 publicado por WWW.redesaude.org.br/dossies/htm/body-hp-3.html

Na seqüência, após um período de “lua de mel”, quando o casal se entende às mil maravilhas, por alguma circunstância (ciúme, sentimento de posse, associado ou não a situação econômica, alcoolismo, por exemplo) começa a haver tensão. Qualquer situação que desagrade o homem é motivo de reprimendas e após espancamentos, sempre um crescendo em relação ao episódio anterior. Vem a **fase da tensão**, que vai se acumulando e se manifestando por meio de atritos, cheios de insultos e ameaças, muitas vezes recíprocos. Em seguida, vem a **fase da agressão ou episódio violento**, com uma forte descarga descontrolada de toda aquela tensão acumulada. O agressor atinge a vítima fisicamente com empurrões, socos, tapas e pontapés, ou às vezes usa objetos, como pau, ferro e outros. Depois disso, ainda há um sentimento de culpa e vem a **fase da reconciliação**, em que o agressor pede perdão e promete mudar de comportamento, diz que não vai fazer mais ou finge que não houve nada, mas fica mais carinhoso, “bonzinho, traz presente”, fazendo a mulher acreditar que aquilo não vai mais acontecer¹².



O risco de uma mulher ser agredida em casa, pelo marido, ex-marido, namorado ou atual companheiro, é nove vezes maior do que o de sofrer alguma violência na rua. Esta forma de violência junto à mulher camponesa tem o espaço intra-familiar como local de maior ocorrência, atingindo e danificando a integridade física (corpo da mulher).

Todas as mulheres que responderam ao questionário romperam o silêncio (algumas falando pela primeira vez) e contaram as situações desesperadoras porque passam. Neste grupo pesquisado, a violência física é praticada no corpo das mulheres por meio de empurrões

¹² (Desenho inspirado na Internet –Disponível em: < <http://www.domesticviolence.org/cycle.htm> //>. Acesso em 15 maio. 2005.

(22%); socos (9.2%); tapas (15.5%); surras (8.2%); predominando a incidência de empurrões, tapas e socos. Estes dados aparecem em 45 questionários individuais dos 170 aplicados e revelam que, 27% das mulheres camponesas pesquisadas sofreram ou sofrem violência física.

A violência moral acontece quando a mulher sofre acusações, calúnia, difamação ou injúria, a honra ou a reputação da mulher. Ou seja, ser chamada de “prostituta”, “vagabunda”, “acusada” de ter amante, entre outras formas de agressão moral.

Das 170 mulheres pesquisadas, 45.8% delas sofreram agressão moral/verbal através de: palavrões (45.9%), deboche (37.5%), acusações (29.5%), calúnias (13.5%), foram chamadas de prostitutas (29.5%), de burra e vagabundas (27.5%). A agressão psicológica se caracteriza pela ação ou omissão destinada a degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões de outra pessoa, por meio de intimidação, manipulação, insultos, ameaça direta ou indireta, intimidação (por exemplo: de morte, de separação e de ficar sem ver os filhos); humilhação e ironia: (chamada de estúpida, burra, louca, gorda, velha, feia); isolamento: (impedida de sair de casa, cultivar amizades, etc.); ser criticada pelo desempenho sexual, ser comparada a outras mulheres, tanto no aspecto sexual como na beleza, fazendo a mulher se sentir desprezível, ou qualquer outra conduta que implique prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal.

Na violência psicológica, a vítima tem sua auto-estima atingida por agressões verbais constantes, é muito mais sutil, mas não menos daninha, fragilizando a capacidade de reação da vítima à situação de violência. Esta caracterização se confirma nas respostas dadas na pesquisa onde 19.5% sofreram ameaças de surra; 17.5% de serem mandadas embora; 16.5% de arrumar outra mulher; 13.5% de morte; 32.7% foram proibidas de sair de casa ou sair só quando o marido deixa; 13% proibidas de passear; 11% proibidas de ir a festas; 5.5% proibidas de ir a Igreja; 13% proibidas de ir as reuniões do MMC/RS¹³; 4.5% proibidas de viajar e 11.7% só podem usar as roupas que o marido gosta. Ela aparece articulada com a repressão contra o direito de ir e vir, imposição do medo pelo poder de autoridade do companheiro.

Embora a face da violência sexual junto às mulheres camponesas tenha se revelado só dentro do espaço familiar, quero tratá-la mais especificamente. A violência sexual é caracterizada pela ação que obriga uma pessoa a manter contatos sexuais, físicos ou verbais,

¹³ MMC/RS - Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul

ou participar de outras relações sexuais com o uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite à vontade pessoal. Aqui, se coloca o caso em que a mulher é obrigada a praticar atos sexuais que não deseja, inclusive com o próprio marido, no que se refere às camponesas, o estupro pelo próprio marido acontece com 54.5%¹⁴, revelando que as mulheres não têm o direito de decidir sobre seu corpo e nem ao prazer. Considera-se como violência sexual também o fato de o agressor obrigar a vítima a realizar alguns desses atos com terceiros. Neste sentido, percebe-se que ainda está no universo feminino que o homem tem direitos sobre o corpo da mulher e a ela cabe cumprir o seu papel de esposa. Continua vigente o denominado débito conjugal caracterizado pelo dever de manter relações sexuais com o cônjuge. Presas a esse conceito as mulheres o cumprem mesmo quando não estão com desejo de manter relação sexual (SAFFIOTI, 1997).

2.5 - A VIOLÊNCIA PELO USO DE AGROTÓXICOS: FÍSICA, CULTURAL E IDENTIDADE CAPONESA

A mulher camponesa convive com duas realidades de violência permanente como consequência do modelo agrícola capitalista neoliberal: uma está ligada à mudança da cultura camponesa de subsistência ecológica, (produção diversificada para a sobrevivência da família, sem venenos), para a produção de monocultura para exportação, que traz no centro de seu pacote fórmulas químicas de fertilizantes e os agrotóxicos. A outra forma de violência é a forma como a monocultura faz o uso do agrotóxico. Além de o agrotóxico ficar impregnado na planta, desce para a terra, atingindo e contaminando água, pois normalmente é misturado com água ou então fica no ar quando é espalhado em pó. Se não bastasse a contaminação venenosa na planta, contamina também os rios, a natureza e todos os seres do ecossistema sofrem esta agressão. Todas as pessoas sofrem essas agressões.

Dados de uma pesquisa realizada em Passo Fundo, nos anos de 1983 a 1986, em 300 casos de crianças que nasceram vivas com má formação genética, revelaram que, num universo total de 14.837 nascimentos, quando o normal de casos com má formação na época era de dois a quatro casos de má formação para cada mil nascimentos, nos Estados Unidos, “a

¹⁴ Incidência constatada nas mulheres entrevistadas para este trabalho.

nossa média ficou bem acima disso (cerca de 20 casos de má formação para cada mil nascimentos). Isso representava um número pelo menos cinco vezes maior do que a medida americana”¹⁵.

Esta pesquisa mostra que, dos 300 casos analisados, em 120 deles as mães tiveram contato direto com o agrotóxico. Destes, foram 33% com má formação neurológica, 30% com má formação gástrica e 37% com má formação óssea. Em sua pesquisa, a doutora Mara Regina Tagliari Calliari revela que pesquisou esses venenos “in loco”, visitando as famílias e descobriu que realmente poderiam desencadear esse tipo de problemas e também acarretar, além da má formação física, o retardo fisiológico e mental, deficiências de substâncias em algumas partes do corpo, outros tipos de carências que só vão se manifestar mais tarde (alguns problemas podem se manifestar até na terceira geração), retardo no desenvolvimento comportamental, tal como dificuldade de aprendizado e memória.

Além dos efeitos dos agrotóxicos, vive-se a insegurança quanto aos resultados que os alimentos transgênicos podem causar a saúde das pessoas. Entende-se que as sementes transgênicas fazem parte do modelo capitalista agro-exportador, do monopólio das sementes e grãos pelas multinacionais: Monsanto, Bunge, Dal Pont e Bayer. Não é admissível que umas poucas empresas poderosas e alguns agricultores de grande porte pensem apenas no lucro, determinem o que milhões de consumidores devem comer, sem ter estudos suficientes para mostrar que não há riscos à nossa saúde.

2. 6 - VIOLÊNCIA NO CAMPO E OS CRIMES NA LUTA PELA TERRA

A violência no campo acontece, desde que as famílias camponesas em sua pequena propriedade, não conseguem produzir o suficiente para manter as despesas básicas da estrutura familiar.

Desde a década dos anos 1990, ocorreu uma grande mudança política na agricultura brasileira. Antes ela era associada ao capital internacional e, a partir desse período, passa a ser subordinada aos grandes monopólios transnacionais, continuando até os dias atuais. Esta opção das elites brasileiras trouxe como consequência a retirada do papel da pequena agricultura que era de garantir a alimentação básica para a população. A partir disso, a luta

¹⁵ Fonte; Revista Agroecologia & Agricultura Familiar – Publicação da Rede Ecovida de Agroecologia – ano III –nº3 – Novembro de 2000 Entrevista com a pesquisadora Doutora Mara Regina Tagliari Calliari

pela terra, pela política agrícola e reforma agrária se transforma numa luta contra o modelo econômico, contra as grandes empresas transnacionais.

Os dados de 2004 deixam claro que os conflitos e a violência se mantêm em patamares elevados. No ano passado, foram registrados 1.801 conflitos, o maior número destes 20 anos de pesquisa, envolvendo 1.083.232 pessoas (número só inferior a 2003 e 1998). Em média, no Brasil, um a cada 29,4 habitantes de área rural esteve envolvido em conflitos rurais em 2004.

Apesar de, em 2004, os 39 assassinatos representarem uma queda expressiva, de 46,6%, em relação a 2003, quando se registrou 73, o ano passado foi especificamente violento, marcado por dois brutais massacres em Minas Gerais: o massacre dos fiscais do Ministério do Trabalho, em Unai, e de cinco sem-terra em Felisburgo.

2.7 - VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL/ESTRUTURAL

Este tipo de violência é causado por desigualdades de gênero, étnicas, raciais, econômicas etc, predominantes em diferentes sociedades. Essas desigualdades se formalizam e institucionalizam nas diferentes organizações privadas e aparelhos estatais, como também nos diferentes grupos que constituem essas sociedades.

Podemos dizer que, na sociedade capitalista, há três projetos, de longa duração, de exploração-dominação: o projeto da burguesia, que visa dispor como melhor lhes convém da classe trabalhadora; o projeto dos homens, cujo objetivo consiste em subordinar as mulheres; e o projeto dos brancos de manter sua supremacia, no caso do Brasil, face aos negros. Na sociedade brasileira, o poder é rico, branco, machista e excludente (SAFFIOTI, 1997). Rigorosamente estes três projetos nem sempre são discerníveis. Embora, em curto prazo, os interesses de cada contingente humano destinado a realizar tais projetos possam não coincidir. Em longo prazo, tudo conduz à manutenção de sua supremacia, operando sempre no sentido de dominar-explorar.

Ainda que sejam inúmeras as tecnologias sociais (artes, ciência, discursos, etc.) de reforço ao status quo, não se pode prescindir da violência. Violência étnico-racial, violência de classe e violência de gênero viabilizam a concretização do tripé. Eis porque a violência não apenas existe, mas se torna absolutamente necessária para assegurar o bem estar de alguns em detrimento do sofrimento de milhões. Não se trata, contudo, de uma situação sem saída. Mulheres transgridem e, numa sociedade atravessada pelo patriarcado, a transgressão é

necessariamente feminina, pois quem elabora as leis não as destinam para si próprios, mas para aquelas que pretendem dominar-explorar. A violência está formalmente instalada na estrutura do sistema social capitalista neoliberal vigente em nosso país. No que se refere à violência contra a mulher, além dessa estrutura institucionalizada, ela se alimenta, produz e reproduz na estrutura familiar; na educação através da escola; na religião; no sistema penal da forma como está; na simbologia que está na linguagem expressa de forma mais explícita nas músicas, piadas, nos meios de comunicação social, pela mídia, que alimenta todas as outras formas de violência contra a mulher.

3 - RAZÕES QUE IMPEDEM AS MULHERES DE ROMPEREM O SILÊNCIO

A primeira constatação, ao iniciar este trabalho junto às mulheres camponesas, foi de que as mulheres, se tivessem que se identificar (colocar seu nome) quando pesquisadas, não falariam com sinceridade, ou até não falariam nada sobre a sua vida com relação à violência. “Eu só falo e conto se você promete que não vai contar pra ninguém, que o meu marido e a família nunca vão saber”, demonstra um dos depoimentos. Uma das razões é a vergonha de expor uma situação de sofrimento em muitos casos, de anos, falando de situações dolorosas, da intimidade, revelando a humilhação vivida dentro de casa. Além da vergonha, muitas dependem emocionalmente ou financeiramente do agressor: outras até acham que “foi só daquela vez”, ou até que foram elas as culpadas pelo acontecimento; outras não falam nada por causa dos filhos, porque tem medo de apanhar ainda mais ou porque não querem prejudicar o agressor, que pode ser preso ou condenado socialmente. Outra razão está ligada sutilmente à cultura e religião. “Minha mãe me ensinou que devo sempre agradar meu marido e obedecer ele em tudo, tenho que cumprir minhas tarefas de esposa, senão ele vai procurar fora e eu estou fazendo pecado”.

As conseqüências da violência na vida da mulher camponesa são graves e se manifestam no medo de reagir, de denunciar e a violência ser maior; medo da separação e não ter como sobreviver; medo de ficar sozinha; medo de seus pais não a aceitarem de volta; medo de perder seus filhos; em alguns casos, medo da morte; medo do que os outros vão dizer e medo de se impor como mulher capaz de mudar essa situação.

Constata-se, ainda, que, aliado ao medo, existe um sentimento de impotência que as coloca cada vez mais em situação de submissão, reproduzindo essa cultura para seus filhos e filhas, como também um sentimento de culpa e a culpa em dois aspectos: 1) por não ter conseguido resistir diante das formas de violência; 2) por achar que é culpada pelo que aconteceu porque não foi suficientemente obediente, dócil, submissa e que o homem é diferente e pode fazer o que quer. Outra razão muito incisiva somada ao medo é a vergonha de que outras pessoas possam saber do que acontece na intimidade, na integridade física, psicológica de suas vidas. Esses fatores todos contribuem e intensificam a evidência de que a violência é uma das formas de controle da sociedade sobre a vida das mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDE, *Violência contra as mulheres: uma violação aos Direitos Humanos*. Dez anos após Viena (1993 – 2003). Dossiê da Campanha dos Dezesesseis dias de Ativismo pelo fim da violência de Gênero, nov. 2003.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1970.

BERMAN, Ruth. Do Dualismo de Aristóteles à dialética materialista, a transformação feminista da ciência e da sociedade. In JAGGAR, ALISSON M & BORDO, Susan R (org), *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro, Rosa dos tempos, 1997.

CASA DE APÓIO VIVA RAQUEL. *Caxias do Sul*. Disponível em <://<http://www.caxias.rs.gov.br/mulher/violencia.php4.htm>// > Acesso em: dez. 2004.

CASTRO, Mary Garcia. *O conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho: notas sobre impasses teóricos*. Salvador: Cadernos do CRH, 1992.

COSTA, Lúcia Cortes. *Gênero: Uma questão Feminina?* Disponível em <<http://www.uepq.br/nupes/genero.htm>//>. Acesso em: 12 mar. 2005.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, ano 109, n.97, 05 dez. 2004.

_____, Vanderléia. L. P. Educação, *Cultura popular e saúde: experiências de mulheres trabalhadoras rurais*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.

GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio; uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis: Vozes, 2000.

IBGE, Censo 2000. *População residente por situação de domicílio, sexo, alfabetização e grupos de idade*. Elaboração SCP/DDRU. Disponível em: www.ibge.gov.br.> Acesso em: 20 de mai. 2005.

MMC/BRASIL, *Uma afirmação de muitas histórias*. Documento I, Brasília, 2004.

MMTR/RS. *Mulheres parceiras da fertilidade, cultivando o chão, construindo a igualdade*. Passo Fundo: Batistel, 1997.

_____. *Gênero, Classe e Projeto Popular*. Caderno de Formação, nº 01, Passo Fundo: Batistel, 2001.

_____. *Missão do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais/RS*. Resoluções da Quarta assembléia Estadual, documento interno, 1988.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 4. ed. São Paulo: Hucitec-abrasco, 1996.

MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da Mulher Brasileira: Corpo classe social no Brasil*. 4ª edição. Petrópolis, Vozes, 1983.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. *Agricultura Familiar: Sustentabilidade Ambiental e igualdade de Gênero*. Disponível m:<http://www.redemulher.org.br/generoweb/memilia.htm/>> Acesso em: 20 jan. 2005.

PALUDO, Conceição. *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo Democrático e Popular*. Tomo Editorial & Camp, 2001.

PITANGUY, Jaqueline. *Quando a vítima é mulher*. Rio de Janeiro: CNDM, 1989.